

Inclusões digitais, desenvolvimento social e políticas públicas

Uma narrativa praxiográfica sobre telecentros e o Programa Casa Brasil

Alberto Jorge Silva de Lima

Departamento de Ensino Médio e Técnico, *Campus Maracanã*
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Cefet/RJ
Rio de Janeiro, Brasil
alberto.lima@cefet-rj.br

Abstract—This paper, based on the methodological framework of the Social Studies of Science and Technology (Science Studies), aims to enact the legacy of the Programa Casa Brasil as observed in three telecentres of Rio de Janeiro – located in Complexo do Alemão, in Vigário Geral and in the City Hall of Rio. The choices of methodology and cases emerge from the need to recognize the centrality of Information and Communication Technologies (ICTs) in the networks that constitute the informational societies, as also as from the need to inscribe on the agenda the politics of technology in the digital inclusion public policies. In the course of research, the rhetoric of digital inclusion is discussed by examining the multiple (in)determinations between access to ICTs and the overcoming of socioeconomic inequalities.

Keywords— *digital inclusion, Programa Casa Brasil, social development, public policies, Actor-Network Theory*

Resumo—Este artigo, baseado nos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Estudos CTS), procura colocar em cena o legado do Programa Casa Brasil como observado em três telecentros da cidade do Rio de Janeiro – localizados no Complexo do Alemão, em Vigário Geral e na Prefeitura do Rio. As escolhas da metodologia e dos casos emergem da necessidade de se reconhecer a centralidade das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas redes que constituem as sociedades informacionais, bem como da necessidade de se pautar a política das tecnologias nas políticas públicas de inclusão digital. No percurso de pesquisa, a retórica da inclusão digital é problematizada através do exame das múltiplas (in)determinações existentes entre o acesso às TICs e a superação de desigualdades socioeconômicas.

Palavras-chave—*inclusão digital; Programa Casa Brasil; desenvolvimento social; políticas públicas; Teoria Ator-Rede.*

I. INTRODUÇÃO E BREVES NOTAS METODOLÓGICAS

As ideias de inclusão e exclusão digital estão presentes em uma série de iniciativas conduzidas no Brasil – desde, pelo menos, a década de 1990 – por atores diversos, com destaque para Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas e governos, do nível municipal ao federal [1].

Embora um estudo da historiografia sobre as ideias e projetos de inclusão/exclusão digital, no Brasil e no mundo,

possa demonstrar um tortuoso e complexo caminho que as distancia de uma compreensão única e estabilizada [1], a maior parte das ações construídas em torno delas, sobretudo no Brasil, são projetadas a partir de concepções que possuem as seguintes características comuns:

- o determinismo que coloca o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como causa da redução de desigualdades sociais e negligencia, nesse processo, a complexidade inerente ao encontro entre as tecnologias e as pessoas e a multiplicidade de fatores envolvidos na configuração (e superação) das desigualdades;
- a despolitização das tecnologias, isto é, a ideia de que as tecnologias são neutras e não herdam os valores dos que as forjaram, nem se transformam ao se relacionarem com as pessoas.
- a negação dos saberes dos desprovidos de acesso às TICs.

Este artigo é fruto das pesquisas conduzidas pelo autor entre os anos de 2010 e 2013, durante o curso de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual, além de uma extensa revisão bibliográfica sobre os termos inclusão e exclusão digital [1], foram conduzidas investigações sobre as relações entre inclusão digital e desenvolvimento social em telecentros e lanhouses ligados a projetos que se relacionam a políticas públicas nacionais e locais de inclusão digital e a iniciativas de pequenos e grandes empresários do setor de serviços e da indústria de computação.

Em particular, serão apresentados neste artigo os resultados da pesquisa relativos ao Projeto Casa Brasil, ligado a uma política pública nacional de inclusão digital do Governo Federal brasileiro, a partir de trabalho de campo realizado sob a luz dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, também denominados Estudos CTS (Ciência, Tecnologia, Sociedade) ou, na tradição acadêmica de língua inglesa, *Science Studies*, com destaque aos estudos ligados à Teoria Ator-Rede (TAR), que possui como principais representantes autores como Bruno Latour [2],[3], John Law [4],[5] e Michel Callon [6].

Este artigo é fruto de pesquisa de mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação do Brasil, no período de março 2010 a março de 2012, desenvolvida na linha de pesquisa de Informática e Sociedade do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com os princípios da TAR, ou “Sociologia da Tradução”, a ordem social “pode ser vista e descrita como um produto ou um efeito de uma rede de materiais heterogêneos” [2]. A palavra “rede”, nesse contexto, procura destacar os efeitos decorrentes da relação/interação entre os agentes que constituem o tecido social, em detrimento de outras concepções sociológicas nas quais o foco das análises repousa mais na caracterização e na busca pelas intencionalidades de cada agente do que na relação entre eles. O termo “materiais heterogêneos”, por sua vez, procura evidenciar que “essas redes são compostas não somente por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – qualquer material que se queira mencionar” [2].

Segundo essa abordagem, a tarefa da sociologia – e também dos historiadores – passa a ser, portanto, “caracterizar essas redes em sua heterogeneidade e explorar como é que elas se tornam padronizadas para gerar efeitos como organizações, desigualdade e poder” [2]. Para tanto, cabe ressaltar alguns aspectos comuns dessas redes:

- As redes, além de heterogêneas, são “pontualizadas”, isto é, “se uma rede age como um único bloco, então ela desaparece para ser substituída pela própria ação e pelo aparente único autor da ação” [4].
- A “tradução” é o processo que permite a “pontualização”. Neste contexto, a “tradução” é entendida como a constante mobilização e justaposição dos actantes de uma maneira tal que todos pareçam mover-se como um bloco, isto é, como um único agente.

Law [5], inspirado nos trabalhos de Anemarie Mol, defende que “as realidades não são explicadas pelas práticas e crenças; são, em vez disso, produzidas nelas. Elas são produzidas e tem uma vida, em relações” [5]. Nessa perspectiva, a explicação sobre o que algo “é” só faz sentido quando se faz um deslocamento “de uma apreciação epistemológica da realidade para uma apreciação praxiográfica” [5], que nos permita

investigar as vidas incertas e complexas de objetos em um mundo onde não há encerramento. Onde, querendo ou não, não há singularidade [...]. [Que nos permita] investigar a multiplicidade dos referidos objetos, as maneiras através das quais eles interagem uns com os outros [5].

Os relatos expostos nas seções seguintes deste artigo procuram estabelecer um processo de pesquisa praxiográfica que se aproxima destas concepções metodológicas, tentando fugir da naturalização atribuída ao mote <inclusão digital = desenvolvimento social>, procurando, outrossim, construir uma narrativa que evidencie a inclusão digital não como uma ideia universal e neutra colocada em prática em uma sociedade apartada desta, mas sim como uma entidade em fluxo, cuja estabilização emerge da própria relação/interação com outras entidades, que, juntas, configurarão redes que definirão, aí sim, o que será a sociedade (igual ou desigual) e o que será a inclusão digital.

Cabe destacar, por fim, que este artigo visa complementar os resultados iniciais da pesquisa sobre o Programa Casa Brasil, publicados parcialmente quando eu havia visitado

somente uma de suas unidades, a saber, a Unidade Vigário Geral, localizada em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro [7]. Os resultados complementares aqui apresentados se referem a duas outras unidades, sendo uma mantida pela prefeitura da cidade do Rio e outra localizada no Complexo do Alemão, famoso complexo de favelas localizado na Zona Norte da cidade. À narrativa desses casos será adicionada uma descrição do relatório elaborado pelos próprios gestores nacionais do Programa, fruto de processo de avaliação do mesmo, confrontando-se, a partir dos referenciais metodológicos, o relatório à narrativa.

II. O PROGRAMA CASA BRASIL COMO UM ENSAIO DE POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL

Como indicado em publicação anterior sobre este tema [7], o Programa Casa Brasil foi uma iniciativa pública de inclusão digital voltada para áreas de notória pobreza e lançada em 2005 através de edital do Governo Federal:

O edital abria chamada para o financiamento de propostas de projetos que tivessem como “finalidade promover o desenvolvimento e [a] universalização das tecnologias da informática e comunicação e a conseqüente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividade de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia” (CNPq, 2005) [7].

Nesta linha, as propostas deveriam contemplar a estruturação de um espaço comunitário e de livre acesso chamado Casa Brasil, com equipamentos diversos tais como: telecentro; estúdio multimídia; laboratório de informática, montagem e manutenção de microcomputadores; laboratório de ciências e oficina de rádio.

Como um projeto piloto, o Programa Casa Brasil contou com três unidades na cidade do Rio de Janeiro, além de outras espalhadas em cidades de todo o país, contabilizando quase 100 unidades. Meu interesse em estudar o projeto, além da possibilidade de visitar algumas de suas unidades na própria cidade onde eu vivia, se dava também pelo protagonismo atribuído às TICs a partir das ideias de inclusão digital e desenvolvimento social.

Os primeiros movimentos de pesquisa, realizados na Unidade Vigário Geral durante o segundo semestre de 2010, revelaram um espaço muito distinto do esperado no edital do CNPq¹. Embora a Unidade, administrada por uma ONG, contasse com parte do mobiliário e equipamentos previstos no Programa, as ações estavam longe de envolvê-los de acordo com os objetivos estabelecidos previamente, estando relacionadas a cursos de corte e costura e de confecção de adereços para mulheres da comunidade em busca de trabalho fora do lar e a cursos de curta duração financiados por pequenos empresários e comerciantes locais para atender à demanda por mão de obra nas áreas de vendas e de telemarketing.

As entrevistas com gestoras e usuárias do espaço, por exemplo, revelaram imensas dificuldades financeiras para se manter a infraestrutura do espaço bem como pessoal

¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, órgão de fomento à pesquisa do Governo Federal brasileiro.

especializado para conduzir a formação em torno das TICs. O fim do aporte de recursos previsto no edital parece ter sido preponderante para a reconfiguração da natureza da unidade e, portanto, da ideia de inclusão digital que se pretendia tecer. Cabe ressaltar que este aporte durou somente um ano, materializado pela construção dos laboratórios e pela oferta de equipamentos e de bolsas. Pelo edital, as entidades, no caso a ONG, como contrapartida, administrariam a Casa Brasil por no mínimo dois anos após a saída de cena do Governo [7].

A principal conclusão emergente deste movimento inicial de pesquisa, no qual ficou materializada a inexistência de práticas ligadas às TICs na unidade visitada, apontou para a impossibilidade de se estabelecer, *a priori*, uma relação estável e unívoca entre inclusão digital e desenvolvimento social.

III. A BUSCA POR OUTRAS UNIDADES DO CASA BRASIL: O CIAD MESTRE CANDEIA

A experiência de estar em Vigário Geral causou um 'resfriamento' no ímpeto de pesquisa inicial que esperava encontrar um espaço comunitariamente administrado e organizado em torno do exercício de uma cultura digital. Pretendia minimamente encontrar alguma atividade regular relacionada às TICs, bem como uma discussão ampla, por parte dos gestores locais, dos limites e possibilidades dos projetos de inclusão digital para o alcance de seus objetivos. Embora a ONG utilizasse a marca Casa Brasil, mantendo inclusive a identidade visual do programa, percebi em minha visita, sem pretender subestimar o valor das atividades ali desenvolvidas, apenas vestígios do projeto original.

Procurei, portanto, me aproximar de outras unidades, onde poderia encontrar a política pública de inclusão digital conduzida de forma mais efetiva. A primeira dessas unidades era mantida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e funcionava no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD) Mestre Candeia².

Tal como na experiência de campo de Vigário Geral, deparei-me com um telecentro integrado a outro projeto, que dialogava, obviamente, com sua configuração anterior enquanto parte do Programa Casa Brasil, mas que apresentava diferenças marcantes quanto aos atores enredados, objetivos a alcançar e dinâmica das atividades. O trabalho que tive na entrevista com meu contato inicial, chamado José, portanto, foi o de tentar acompanhar essas mudanças, de tentar ouvir os ecos do Casa Brasil e, ao mesmo tempo, colocar em cena as relações que sustentavam a(s) identidade(s) do projeto em sua nova configuração. Para tanto, comecei a entrevista pedindo a José que descrevesse a trilha que o havia levado até ali.

Estudante no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), onde fazia o curso normal superior – modalidade de formação de professores –, José era também

estagiário na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) quando ouviu falar pela primeira vez no Casa Brasil:

vi um aviso no quadro sobre o Casa Brasil CIAD Mestre Candeia, que estava procurando coordenadores para o laboratório de informática [...]. Tinha uma seleção por entrevistas e quem entrevistava era um representante do governo federal, um representante da prefeitura da época e a coordenadora [da Casa Brasil]. Na seleção, acabei ficando com o laboratório de informática. Tive que ajudar a ministrar as aulas de montagem e manutenção [...]. Depois, acabei também dando curso no telecentro, de HTML e de arte digital, que é pra usar GIMP, porque lá tudo trabalhava em software livre [8].

Os traços característicos de uma Casa Brasil são facilmente reconhecidos no relato de José. A gestão local – no caso, levada a cabo pela Prefeitura do Rio de Janeiro –, os cursos de montagem e manutenção de microcomputadores e o foco no software livre são exemplos claros. Como testemunha privilegiada daquele espaço e de suas transformações, pedi a José para me descrever o perfil das pessoas que frequentavam a Casa Brasil. A resposta mostrou uma indissociabilidade entre a unidade e o espaço no qual funcionava.

Na Casa Brasil do CIAD Mestre Candeia o público é especial. Está em um prédio de inclusão de pessoas com deficiência. [...] [E]ram deficientes, tanto físicos, quanto mentais. Atendíamos muitos idosos também, que eram mães que levavam os filhos para tratamento no CIAD e acabavam fazendo nosso curso; adolescentes das escolas vizinhas... [8].

O relato de José revela uma interessante diversidade no público atendido pela unidade, o que acabava, segundo ele mesmo, se refletindo em outros aspectos, como, por exemplo, na composição do Conselho Gestor.

O conselho gestor eram as mães dos atendidos pelo CIAD, da comunidade do entorno. Muitas eram idosas, tinham tempo livre [...]. Elas ajudaram a fazer um curso de cavaquinho no auditório, organizavam as formaturas e, na época, conseguiram organizar a feira solidária: a feira de artesanato que tinha no CIAD e trazia artesanato e alimentos naturais, sem agrotóxicos [8].

As imagens evocadas pela entrevista são as de uma Casa Brasil efervescente, cuja administração parece ter sido de fato assumida pela comunidade, tal como previsto no edital do programa. Causou-me espanto, portanto, o relato de José sobre o destino da Casa Brasil uma vez terminado o apoio financeiro do Governo Federal:

Mais adiante, terminou o contrato com o Governo Federal e a Casa Brasil ficou sob [a responsabilidade única da] Prefeitura e aí o projeto ficou em 'banho maria' durante um ano. [...] A última turma da Casa Brasil se formou em 2009. Em 2010 ficou funcionando apenas o telecentro e não entrou nenhuma turma. No final de 2010, a Prefeitura começou a tirar o pessoal que estava lá e a colocar o projeto em outro patamar. Transformou a Casa Brasil em Casa Rio Digital [8].

O que José chama de "outro patamar" pode ser identificado como uma mudança de concepção quanto ao que vem a ser

² O CIAD Mestre Candeia é sede da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), integrante da estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Para maiores informações, consultar o portal da SMPD. Disponível: <http://www0.rio.rj.gov.br/funlar/index.php?catid=39&blogid=3#prg192>. [Acesso: 26 jul. 2013].

inclusão digital. Se, na experiência de Vigário Geral, a precariedade do espaço estava relacionada ao término do aporte de recursos financeiros do Governo Federal, no caso do CIAD, o término/transformação do projeto estava relacionado a uma defesa pela construção de uma inclusão digital distinta daquela pretendida pelos concebedores do Programa Casa Brasil. Isso fica claro em dois aspectos dessa mudança rumo a "outro patamar": a extinção do conselho gestor e a parceria com duas empresas privadas: a Intel e a Cisco. Nas palavras de José,

com a mudança para o Governo Municipal, eles descartaram o conselho gestor. [...] A prefeitura começou em 2010 a criar vários telecentros, em parceria com a Intel e a Cisco. A Casa Brasil [do CIAD] serviu de modelo para a Casa Rio Digital e, a partir de 2011, começou a ter cursos lá na Casa Brasil com convênio que tivemos com a Intel. Passei a dar aula agora [...] sobre o uso crítico da informática – você não apenas aprendia a usar as ferramentas de informática, mas como usá-las criticamente, em benefício de sua comunidade – e a dar aulas de montagem e manutenção. Agora tem a certificação da Cisco. A prefeitura pagou pra eu fazer a certificação da Cisco, da Intel, para que eu pudesse ministrar os cursos; aí passei de coordenador de informática a supervisor de unidade. Em 2011 formamos um total de seis turmas: quatro da Intel e duas da Cisco [8].

Para entender melhor esta mudança, busquei informações oficiais – nos portais da prefeitura do Rio e das empresas citadas. O projeto Casa Rio Digital, por exemplo, é implementado pela Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro (SECT), compreendendo uma rede de telecentros típicos, com microcomputadores, acesso à internet de banda larga e oferta de cursos, oficinas e uso livre³. Os principais cursos oferecidos no âmbito do projeto estão intimamente ligados a dois grandes programas de responsabilidade social corporativos: o Intel Aprender e o Cisco Networking Academy.

Quando estive no telecentro do CIAD as atividades referentes aos programas de responsabilidade social dessas duas empresas não haviam começado (o telecentro estava sendo usado somente em um regime de acesso livre, o que, segundo José, jamais havia deixado de acontecer). Diante deste cenário, optei por mapear as diretrizes dos programas em documentos das duas empresas, sabendo que, embora esse tipo de fonte não revele a performance das atividades, é possível, pelo menos, mapear os valores inscritos em sua retórica.

O Intel Aprender, por exemplo, é descrito como um programa de “alfabetização digital” de alcance internacional, voltado para “jovens de oito a 18 anos, em comunidades com pouco ou nenhum acesso à tecnologia”⁴. A meta, é ajudá-los a “desenvolver as habilidades necessárias ao sucesso no mundo do trabalho do século XXI por meio do domínio das

ferramentas da informática, do pensamento crítico e da cooperação”.

O programa, segundo informações da empresa, é desenvolvido em um ambiente “informal”, totalizando mais de 90h de conteúdos, articulados em três módulos: o “Tecnologia e Comunidade”, o “Tecnologia em Ação” e o “Tecnologia e Empreendedorismo”. O primeiro módulo procura capacitar os alunos em ferramentas básicas de TI (editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações, etc.), tendo como mote a articulação de alguma questão comunitária, desenvolvida em trabalhos coletivos; o segundo, procura apresentar aos alunos as ferramentas de TI tipicamente utilizadas por profissionais das mais variadas formações (médicos, engenheiros, etc.). Por fim, o “Tecnologia e Empreendedorismo”, como o nome indica, procura apresentar o que é empreendedorismo, a partir de pesquisas e da criação de um plano de negócios.

O programa é defendido pela empresa a partir da noção de que “ter acesso não é suficiente. Os jovens precisam de uma forma cativante de adquirirem as habilidades necessárias para o sucesso na economia do conhecimento”. Ou seja, ainda que haja uma defesa relativa à articulação de questões comunitárias, o objetivo maior é inserir os alunos do curso em uma “economia do conhecimento” que, pelo menos a partir do material divulgado na internet pela empresa, não é objeto de problematização.

O programa Cisco Networking Academy também é um programa de responsabilidade social, mantido pela empresa Cisco. De maneira muito semelhante ao programa da Intel, tem como objetivo a capacitação para a área de tecnologia da informação. Segundo o portal do programa, trata-se de “melhorar as oportunidades de carreiras e econômicas no mundo todo”⁵, fornecendo “cursos, ferramentas interativas e atividades práticas para preparar pessoas para carreiras de TIC e redes em praticamente todo tipo de indústria”.

Para tanto, a Cisco estabelece parcerias com instituições educacionais (escolas, universidades, governos e ONGs), cujos espaços passam a denominar-se, no âmbito do programa, “academias”. A essas instituições cabe “capacitar e dar suporte aos instrutores, bem como treinar e preparar estudantes para obter as certificações”. O preparo e treinamento para as certificações são realizados a partir de cursos à distância que procuram prover aos alunos conhecimentos a respeito das tecnologias de rede da empresa. De uma maneira geral, a Cisco provê a metodologia de ensino, o material didático e o treinamento para os instrutores. As instituições, por sua vez, são responsáveis por oferecer a infraestrutura necessária para a realização dos cursos (sala de aula, computadores individuais, acesso à internet e um servidor local para armazenar o conteúdo do curso). Cabe ressaltar que há uma previsão de que a instituição parceira deva arcar com os custos de obtenção de equipamentos – da marca Cisco, como era de se esperar –, que serão utilizados nos cursos.

Diferentemente do Intel Aprender, questões comunitárias e locais não passam pela concepção pedagógica do programa da

³ Para uma descrição mais detalhada do projeto, consultar seu portal. Disponível: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?id=2815905>. [Acesso: 26 jul. 2013].

⁴ Todas as referências ao programa Intel Aprender foram retiradas de brochura localizada no portal do programa. Disponível: http://download.intel.com/education/learn/IntelLearnBrochure_Portuguese.pdf f. [Acesso: 14 dez. 2012].

⁵ Todas as referências ao programa Cisco Networking Academy foram obtidas em páginas diversas do portal do programa. Disponível: <http://www.cisco.com/web/BR/educacao/netacad/>. [Acesso: 14 dez. 2012].

Cisco. Como justificativa para a adesão ao projeto, a empresa apresenta “vantagens” para cada um de seus participantes.

Para os instrutores, por exemplo, a empresa coloca como benefícios a oferta de um currículo sobre tecnologias de redes já pronto, com aulas práticas e teóricas (liberando o instrutor do preparo desses instrumentos didático-pedagógicos), e o preparo para os exames de certificação nas tecnologias da Cisco. Para as entidades educacionais parceiras (academias), a Cisco destaca o treinamento de estudantes que podem se tornar, futuramente, mantenedores da rede da própria entidade, o crescimento da receita através de novos cursos ou do complemento de cursos existentes e a oferta de formação profissional para a comunidade, na lógica da responsabilidade social. Para os alunos, a empresa destaca o reconhecimento que eles terão como especialistas na área de redes e o preparo para a certificação nas tecnologias da Cisco, assim como o acesso à comunidade de usuários da empresa. E, finalmente, para os clientes da empresa, a Cisco destaca a formação e a oferta de pessoal técnico qualificado em suas tecnologias, fazendo um chamado para que tais clientes ofereçam apoio, “seja pela oferta de bolsas para bons alunos ou por suporte financeiro para iniciar novas Academias”.

Em nenhum momento, pelo menos não de maneira acessível, encontra-se o que a Cisco ganha com o programa. Embora, metodologicamente, seja arriscado fazer suposições a respeito dos interesses deste ou daquele agente, arriscaria dizer que alguns ganhos óbvios para a Cisco são a criação de uma demanda para seus exames de certificação, o fortalecimento de seu programa de certificação como um ponto de passagem obrigatória para aqueles que desejam trabalhar na área de redes, o enredamento de trabalhadores recém qualificados na área de redes às tecnologias da Cisco e, como é comum em programas corporativos de responsabilidade social, o fortalecimento da marca perante a sociedade.

Uma leitura cuidadosa do material disponibilizado pelas empresas a respeito de seus programas mostra que a entrada em cena desses novos actantes, juntamente à saída do Governo Federal, reconfigura o telecentro do CIAD Mestre Candeia e o aproxima de uma visão na qual a inclusão digital relaciona-se com a capacitação para o mundo do trabalho, em uma sociedade do conhecimento/informação pautada pelos princípios de uma economia de mercado de amplitude global.

Segundo esta visão, a sociedade da informação é uma realidade dada e cabe aos governos e indivíduos adequar-se a ela. Ainda que as empresas afirmem que suas ações estão articuladas com questões comunitárias – aspecto também destacado por José –, o foco está claramente na capacitação em ferramentas/tecnologias/modelos típicos da sociedade informacional que aí está e não de uma sociedade informacional a ser construída – o que afasta o telecentro do CIAD das diretrizes do Programa Casa Brasil, a saber, a autogestão comunitária do espaço e o uso de tecnologias livres nas atividades.

Este deslocamento fica claro no próprio relato de José, que, ao ser instigado a refletir sobre o futuro da inclusão digital, disse que

[a] tendência da [necessidade de uma] inclusão digital é desaparecer com o avanço econômico. Percebo que quanto

mais a economia cresce, mais as pessoas compram o computador e não vão precisar de telecentro. Então, o futuro que vejo seria o espaço público do telecentro investir em outro tipo de curso. No caso, a prefeitura achou um caminho. Os cursos têm certificação de grandes empresas de informática, como a Intel e a Cisco, têm palestras de como fazer eventos. Acho que o futuro é dar mais conteúdo e mais atividades no telecentro, porque até pelo avanço econômico não haverá tanta necessidade de telecentro [8].

Além de estar presente no relato de José, o deslocamento nos objetivos do telecentro confirma-se também na chamada para inscrições nos cursos de informática do projeto, na qual lê-se que “[a] iniciativa faz parte do Programa Casa Rio Digital da SECT que tem como proposta abrir portas para as oportunidades de trabalho” [9].

Insisto novamente na imagem dos vestígios/ecos daquilo que foi o Programa Casa Brasil. Tanto em Vigário Geral quanto no CIAD, na ocasião em que visitei seus respectivos telecentros, os sons do programa original eram praticamente inaudíveis, reconhecíveis somente nos traços que revelavam nas paredes o seu passado e nos relatos daqueles que foram testemunhas de sua execução. Acompanhar esses traços, amplificar tais ecos, permite observar a transição entre uma configuração e outra dos projetos e a compreender, ainda que parcialmente, porque houve uma mudança de rumo. Em ambos os espaços, o término da parceria das instituições locais com o Governo Federal foi determinante para a transformação das respectivas unidades do Casa Brasil.

Na primeira, a intermitência nas atividades relacionava-se, segundo o relato da gestora [7], com dificuldades de financiamento (uma vez terminado o aporte de recursos vindo de Brasília, a ONG passou a buscar outras parcerias, em outros programas sociais do governo e entre os empresários locais). Na segunda, em nenhum momento foram relatadas dificuldades financeiras – o que não é de se estranhar, tendo em vista que o gestor, no caso, é a prefeitura do Rio, detentora de um orçamento certamente maior que o da ONG –, sendo observada como elemento determinante para a nova configuração do telecentro a visão de inclusão digital da prefeitura, diferente, ainda que parcialmente, da sustentada pelos concebedores do Casa Brasil. Em outras palavras, uma vez terminada a parceria com o Governo Federal, que mantinha o CIAD preso às diretrizes do Casa Brasil, a prefeitura viu-se livre para redesenhar os objetivos e a dinâmica do telecentro.

IV. VENDO O MUNDO LÁ DO ALTO: A CASA BRASIL DO COMPLEXO DO ALEMÃO

Em relato sobre outras unidades do Programa Casa Brasil, José disse que a unidade do Complexo do Alemão estaria funcionando e que teria sido “assumida pela comunidade”. Tendo essa pista em mãos, decidi visitar o Complexo do Alemão. No relato seguinte procuro descrever detalhadamente essa aproximação, tendo como objetivo colocar em cena aspectos mais gerais relativos à comunidade e sua gente, bem como evidenciar a inseparabilidade entre pesquisador e o “objeto de pesquisa” nas reflexões emergentes do encontro entre os dois.

A. Breve relato sobre o primeiro encontro entre um pesquisador e seu “objeto”

A ONG Central Única das Favelas (Cufa) era a responsável pela gestão do Casa Brasil no Complexo do Alemão. Ao entrar em contato, fui atendido pelo Daniel, que se apresentou como instrutor de informática do telecentro. Adiantou-me que atualmente o telecentro estava ligado ao projeto RAPensando, patrocinado pela Petrobras através de seu programa de responsabilidade social corporativo. Disse-me que não poderia dar tantos detalhes sobre a fase Casa Brasil, uma vez que, na época, era somente aluno. Apesar disso, insisti em conhecer a situação atual do telecentro.

Seguindo as coordenadas de Daniel, vi-me na estação de trem de Bonsucesso, bairro da Zona Norte do Rio, integrada ao Teleférico do Alemão. Nova atração turística da cidade, o teleférico foi finalizado e inaugurado alguns meses após a controversa e cinematográfica operação das Forças Armadas e da polícia para retomar o controle territorial da região das mãos de traficantes de drogas [10]⁶. Ingressei em uma das cabines, sentei-me e fiquei apreciando a bela paisagem. Em pouco mais de cinco minutos cheguei a meu destino: 'Estação do Alemão'.

Após obter informações com moradores, tomei um beco que ficava em frente à estação e levava para a parte mais alta do morro. As construções nas proximidades da estação ficavam bem próximas umas das outras, formando um grande corpo denso de casas e pequenos comércios – bares e armazéns, em sua maioria. Conforme se vai subindo, as casas vão ficando mais raras e, também, mais simples. Já superada a subida, numa região mais plana, me vi em uma área 'rural'. À esquerda, uma mata cobria de verde a encosta, protegida por um cercado de cabos grossos, provavelmente de aço, com uma placa onde lia-se, em letras brancas sobre o fundo vermelho: “Área de proteção ambiental”. Nas proximidades desta área, em um grande campo de futebol de terra batida, um grupo de jovens se divertia em um bate bola. À direita, uma casa grande, de um único andar, e um galpão se destacavam na paisagem. Nas paredes brancas de ambas as construções lia-se, em grafites, o nome Cufa.

Um grupo de adolescentes irrompeu pela porta da casa. Logo depois, um jovem de vinte e poucos anos veio em minha direção, estendendo a mão e sorrindo. Era Daniel. Após as apresentações, mostrou-me o telecentro. As máquinas, cerca de dez, pareciam bem novas. Nas paredes, podia-se vislumbrar a faixa de cores típica do Programa Casa Brasil, ao qual o espaço estava ligado em seus primeiros anos de vida. Segundo Daniel, ali ocorriam as oficinas de informática. Após a apresentação do espaço, demos início à entrevista, realizada sob a sombra de uma árvore, na calçada que cercava o galpão, em frente ao campo de futebol. Para completar a pintura, tínhamos, à direita, uma vista espetacular do aeroporto do Galeão e da Igreja da Penha, com a Baía de Guanabara ao fundo. Após a entrevista, combinei meu retorno para entrevistar os coordenadores gerais da Cufa e do projeto RAPensando e sondar a possibilidade de

acompanhar as atividades do telecentro. A tarde já se tornara pálida quando decidi voltar para casa. Na descida até a estação do teleférico fui acompanhado por uma das assistentes sociais da Cufa que prestava serviço às crianças atendidas pela ONG e às suas respectivas famílias. Em praticamente todo o percurso ela era abordada por crianças sorridentes gritando “tia, tia” e “Cufa, Cufa” e por adultos que acenavam para ela. Disse-me que aquela parte da comunidade – conhecida como Alto Alemão, por ser o ponto culminante do Complexo – era bem esquecida. A maneira como as pessoas a abordavam mostrava a aparente referência que a ONG representava para aquelas pessoas.

B. Preparando caminhos e abrindo portas

Realizei oito visitas ao Complexo do Alemão nas quais acompanhei as atividades desenvolvidas no telecentro da Cufa. Além deste acompanhamento, realizei entrevistas com o instrutor do telecentro, os coordenadores da Cufa e alunas que frequentavam a oficina de informática oferecida pela ONG.

Para garantir a permissão institucional para a realização da pesquisa, Daniel orientou-me a contatar os coordenadores gerais da ONG. Assim, vi-me no escritório central da Cufa, situado no bairro de Madureira, Zona Norte da cidade do Rio. Lá, fui recepcionado por Regiane, responsável por articular a execução dos projetos da Cufa em suas diversas bases. Em sua entrevista, procurei reconstruir a rede que mantinha a Cufa unida ao Casa Brasil, bem como os fios que foram remanejados para recompor o novo tecido que encontrara na visita ao Alemão. Começou sua entrevista confirmando que, em 2005, a Cufa, em parceria com a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), integrou o Casa Brasil, com atividades em duas bases da ONG: Complexo do Alemão e Cidade de Deus. A reconstrução narrativa da unidade enquanto Casa Brasil foi por ela realizada através de comparações com a atual configuração da ONG. Disse-me, por exemplo, que o RAPensando não é um projeto exclusivamente da área de inclusão digital, mas

um projeto social voltado pra comunidades. Dentro do projeto RAPensando a gente inclui a informática. A gente tem DJ, informática, break, sala de leitura, artesanato, teatro. [...] Que é diferente da Casa Brasil, que é um projeto da inclusão digital, específico pra informática [11].

Em sua entrevista ficou claro que a área de informática teve seu destaque na era Casa Brasil, quando toda a manutenção era oferecida pelo governo federal e que, ao término da parceria com o governo federal, a Cufa viu-se sem recursos para administrar o legado do projeto. Em suas palavras,

[naquele] período era feita toda a manutenção do computador, desde a conexão à internet. Tudo era cedido por eles [do governo federal]. [...] Quando acabou o projeto, a Cufa ficou sem apoio para a área digital. Então, a gente recebeu algumas doações, alguns novos computadores, de empresas, mesmo privadas, e a gente tentou manter o telecentro com algumas máquinas, que já eram antigas na época [11].

⁶ As Forças Armadas permaneceram no Complexo até março de 2012, quando foi implantada no local uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As visitas de campo foram realizadas poucos meses após a saída das Forças Armadas da comunidade. Para uma discussão CTS sobre as UPPs, ver ROCHA [18].

Em seguida, ela descreve as implicações do RAPensando para a infraestrutura do telecentro, quando a Petrobrás entra em cena:

a gente renovou nossos computadores⁷. Agora a gente trabalha com Windows 7, né, e não temos mais a manutenção de micros, porque não está incluso nesse projeto. A Cufa trabalha com apoio de projetos específicos, porque precisa se manter, né? Tem que pagar profissional, tem custo de equipamento... e hoje a gente tem esse telecentro na Cidade de Deus e no Complexo do Alemão [1].

Tal como nas outras unidades do Casa Brasil que compõem o campo desta pesquisa, a da Cufa tomou novos rumos ao término da parceria com o governo federal, definidos pelo estabelecimento de uma nova parceria, com a Petrobras. Um exemplo claro dessa mudança foi a opção pelo Windows como sistema operacional. Nas palavras de Regiane,

antes, quando a gente trabalhava com o Linux, a gente tinha ainda uma dificuldade com a comunidade porque a maioria das pessoas, nas suas residências, nos locais de trabalho, não trabalhava com o Linux. Apesar do sistema operacional ser parecido – o que muda é algumas ferramentas – as pessoas tinham essa resistência: “Poxa, vou ter um curso com Linux, mas eu não vou aproveitar isso!”. Porque, na verdade, a Cufa trabalha com isso, preparação para o mercado de trabalho. E nessa época, a gente trabalhava com Linux porque a gente tinha um apoio específico pra isso. Quando terminou a parceria com a Casa Brasil, aí resolvemos trabalhar com Windows porque era de fácil acesso aos moradores locais [11].

A nova escolha de sistema operacional, nesse caso, mostra-se intimamente ligada a um pragmatismo que procura inserir as pessoas em um mercado de trabalho onde o software proprietário é predominante, o que difere totalmente da proposta do Casa Brasil, a saber, fomentar o uso de programas de código livre/aberto, a despeito de possíveis objeções do público-alvo do projeto. Tendo em vista esse novo foco, os telecentros passaram a receber a oficina de informática do projeto RAPensando, na qual eram trabalhados conteúdos de informática básica, com destaque para o uso dos programas que compõem o pacote proprietário Microsoft Office.

Tal como no projeto Casa Rio Digital, com o qual o telecentro do CIAD está envolvido, o RAPensando reposiciona o telecentro da Cufa para uma visão de inclusão digital que objetiva a inclusão de jovens no mercado de trabalho; novamente, estamos diante de uma visão distinta daquela defendida pelos concebedores do Programa Casa Brasil, que articula a inclusão digital com o exercício de uma cidadania comunitária, que pode estar relacionada, mas não restrita, à ideia de inserção no mundo do trabalho ou mercado de trabalho.

⁷ Em consulta às configurações de hardware e software de uma das máquinas do telecentro obtive a seguinte lista: Sistema Operacional Windows 7, pacote de programas de escritório MS OFFICE 7, processador AMD Sempron 145 2,8 GHz, memória RAM de 2 GB e HD de 230 GB. Embora não seja exaustiva, essa configuração mostra que as máquinas estavam além daquilo que se espera para conduzir tarefas práticas na área de informática básica, embora as atividades se restringissem a esse tipo de atividade somente.

Além de esclarecer o lugar da inclusão digital nas ações/discursos da Cufa, minha visita ao escritório central da ONG serviu para confirmar a permissão para que eu desenvolvesse um trabalho de campo mais intenso na base do Complexo do Alemão. Meu objetivo era acompanhar de perto as atividades desenvolvidas no telecentro da base, registrando as ações das pessoas, seus discursos e toda a gama de artefatos que compunham seu universo material, assim como as relações desses materiais entre si e com as pessoas.

A seguir, procuro destacar um pouco da experiência de subir duas vezes por semana o Alemão, no leve balançar das cabines do teleférico, através dos relatos compartilhados comigo pelo Daniel, responsável pelas oficinas de informática da base, e dos relatos das visitas em que acompanhei as atividades do telecentro.

C. No telecentro: relatos, relações, conexões

Toda a trajetória de Daniel na área de TI está associada ao Casa Brasil. Sua identidade como monitor de informática do telecentro do Complexo do Alemão está intimamente ligada a este passado. Segundo seu relato,

antes de trabalhar com informática [trabalhei na] área automotiva. Trabalhei desde os 12 anos com pintura de automóvel e depois, aos 15, [com] mecânica automotiva. [...] Através da Cufa, por coincidência ou não, eu tive essa primeira experiência com informática, fui conhecendo, me apaixonando, como aluno, em um projeto da Cufa [o Casa Brasil]. Conheci a informática, a área de suporte, manutenção [12].

A partir de seu encontro com as TICs na Casa Brasil, Daniel experimentou uma 'sensação de magia' que o atraiu para a área:

Hoje inclusive eu passei um filme chamado Piratas da Informática, que mostra que no início não havia monitor, esse display visual, e você devia imaginar o que estava acontecendo; isso era o mágico da informática e era o que pra mim acontecia. Eu colocava o computador pra funcionar, ligava, desmontava, montava, consertava, sem saber como usava ele ligado. Eu colocava pra ligar e dali já não sabia fazer mais nada. E daí, aos poucos, fui me aprofundando nessa área, até por ser necessário; são duas coisas interligadas. E por esse motivo fui evoluindo; e tudo isso através da Cufa [12].

Nos diálogos que tivemos nos intervalos das atividades do telecentro, Daniel compartilhou vários aspectos de sua trajetória, que permitiram-me conhecer a Casa Brasil e outros aspectos da vida no Complexo do Alemão. Uma das informações que mais atraiu minha atenção foi a de que ele havia integrado um embrião de cooperativa de manutenção de computadores na época do Casa Brasil. Em suas palavras,

assim que concluiu o curso [do Casa Brasil], que tinha a duração de seis meses, [...] montamos uma cooperativa de montagem e manutenção. A gente prestava serviço à comunidade. Oferecíamos a eles uma mão de obra e eles nos ofereciam a oportunidade de experiência. [...] Chega a ser fácil e simples pegar um computador lançado em 2011, 2012 mesmo, e mexer nele. [É] bem mais simples do que trabalhar com computadores que a comunidade, pelo menos na época,

tinha possibilidade de comprar. Eram computadores muito antigos, muito precários. Às vezes, onde você deveria trocar uma peça você não podia. E por quê? Porque o dono do computador não tinha dinheiro pra comprar e você tinha que arrumar um jeito de recolocar aquela peça em uso [12].

Além de abrir-me as portas para que eu conhecesse a realidade do telecentro da Cufa, relatos como este permitiram-me ter uma visão do perfil de posse das TICs pelos moradores do Alemão na época do Casa Brasil. Os relatos de Daniel, ao lado da experiência de acompanhar de perto as atividades desenvolvidas na oficina de informática, produziram uma realidade relativa não somente ao que é a inclusão digital, mas também ao que é o próprio Complexo do Alemão. Narrar a história de um, nesse sentido, é narrar, também, a história do outro.

No primeiro dia de visita ao telecentro, Daniel apresentou-me as alunas da turma que acompanharia: Helena, Emília e as gêmeas Tatiane e Telma⁸. Todas com idades entre 12 e 13 anos e com relações entre si que precediam a Cufa (as gêmeas e Emília eram primas e esta última era amiga de escola de Helena)⁹.

Neste dia e nos demais, sempre pela manhã, sentei-me em frente ao mesmo computador, em uma das 10 máquinas que ocupavam com folga o amplo espaço do telecentro. Nos intervalos, ou após o término das aulas, acabava travando conversa com Daniel. Em uma dessas conversas revelou que o projeto RAPensando já havia completado um ciclo de um ano, desde sua retomada em novembro de 2011, com previsão de dois anos de duração. A oficina de informática tinha a duração de seis meses, sendo dividida em três módulos de igual duração: básico, intermediário e avançado. No módulo básico, os alunos tinham aulas sobre o uso do processador de texto Word, no intermediário, da planilha eletrônica Excel e, no avançado, do editor de apresentações Powerpoint.

O conteúdo trabalhado nas aulas que acompanhei era sobre o programa Excel. Tratava-se, portanto, de uma turma de nível intermediário. A dinâmica das aulas consistia na resolução de problemas de cálculo envolvendo planilhas. No geral, Daniel propunha uma tarefa, reservando um tempo para sua execução, ao final do qual conferia os resultados e fazia correções, se necessário.

No geral, as gêmeas e Emília pareciam ter maior desenvoltura na resolução das tarefas do que Helena. Esta, segundo me informara Daniel, estava fazendo o curso pela 3ª vez, pois o abandonara em outras ocasiões. Embora Helena, ao ser interpelada sobre os atrasos, tenha dito que tinha dificuldades para acordar cedo, fiquei pensando até que ponto essa aparente diferença de intimidade com o computador poderia estar relacionada a diferentes níveis de acesso a ele em outros espaços. Em certa aula, por exemplo, Daniel propôs a

realização de uma pesquisa sobre informática. Para tanto, permitiu que acessassem a internet – uma atitude excepcional, tendo em vista que a internet não constava da ementa do curso. Daniel lembrou-lhes que “não gostaria de ver o Facebook ou o Orkut abertos”. Elas confirmaram, mas Emília retrucou dizendo que “no Facebook também havia informação”. Daniel teve que concordar, mas pediu que elas não entrassem assim mesmo, dando preferência ao Google e à Wikipédia.

A breve discussão entre Emília e Daniel, além de demonstrar um conflito referente aos espaços considerados legítimos para se obter informação, evidencia a inserção de Emília nas redes de relacionamento online, fato confirmado logo depois quando pediu a Daniel permissão para fazer o trabalho em casa.

Em entrevista coletiva, as meninas revelaram esses e outros aspectos sobre sua inserção no universo das TICs e a relação que tinham com a Cufa. Sobre a utilização do computador em outros espaços, Helena informou que na escola havia computadores, mas que sua utilização era proibida. Em casa, ela possuía computador com acesso à internet via tecnologia 3G. De maneira semelhante, Emília, amiga de escola de Helena, disse que também possuía computador em casa “desde os 6 anos de idade”. As gêmeas Tatiane e Telma, primas de Emília, informaram utilizar o computador desde os 7 anos de idade, na casa de uma tia e, desde o ano de 2010, em sua própria casa. Disseram ter conexão de banda larga, embora não soubessem precisar a operadora. De maneira geral, foram atraídas para a Cufa por influência de amigas e/ou parentes que já participavam de atividades da ONG. Outro fator que teria influenciado em seu interesse para participarem da oficina de informática eram os pais, que desejavam que as filhas tivessem algum tipo de qualificação na área. Como esperava, quando pedi que me revelassem que tipo de atividades faziam quando utilizavam o computador, obtive como respostas majoritárias “jogar” e se relacionar com amigos via ‘redes sociais’, além de Emília, que utilizava também o Photoshop.

Da vivência no telecentro da Cufa ficou claro para mim que a presença das meninas nas oficinas relacionava-se mais com a reafirmação de laços de amizade/parentesco do que com a necessidade de uma inclusão digital. As oficinas de informática básica não pareciam se configurar, para as jovens, como uma grande novidade, pois estavam acostumadas a utilizar recursos sem dúvida mais interessantes e instigantes no computador de casa do que os editores do Office, com destaque para a internet. Essa reafirmação de uma rede de amizade/familiar pode ser reconhecida no relato em que afirmam ter chegado à Cufa por influência de amigos e/ou parentes e pelo próprio laço que as unia, lembrando que algumas delas eram amigas de escola ou, então, tinham relações de parentesco próximas (irmãs e primas).

Nesse sentido, o telecentro da Cufa não se apresenta propriamente como um centro de promoção da inclusão digital, se entendido como um espaço para garantir acesso às TICs aos apartados de sua posse e/ou uso. Por outro lado, o telecentro funciona claramente como um espaço para a socialização das jovens que frequentam as oficinas de informática. Esse aspecto do telecentro, desviante dos objetivos típicos dos projetos de inclusão digital, ressona com experiências relatadas por outros

⁸ Para preservar-lhes a identidade, os nomes reais das alunas participantes da oficina de informática foram trocados por nomes fictícios.

⁹ A apresentação mediada por Daniel foi central para que, como pesquisador, eu pudesse tornar minha presença no telecentro mais natural, o que foi se consolidando ao longo das sucessivas visitas. As entrevistas com as meninas foram realizadas sob consentimento dos responsáveis e da própria Cufa.

estudos, como, por exemplo, o realizado por Moser [13], no qual a autora descreve sua experiência etnográfica em laboratórios de informática voltados para a população sem teto de cidades canadenses que acabam se transformando em espaços para criar laços comunitários, preencher as horas ociosas e manter o contato com a família, quando, a priori, deveriam ser espaços para a capacitação no uso das TICs com o objetivo de (re)inserir os sem-teto no mundo do trabalho. Outra experiência que se mostra semelhante à vivenciada no telecentro da Cufa é a descrita pelo estudo etnográfico de Pereira [14], onde uma lan house da cidade de Porto Alegre é descrita como espaço para o exercício da sociabilidade entre jovens, através, sobretudo, dos jogos online.

Oportunidades para fazer do telecentro da Cufa um espaço para experiências que superassem a simples oferta de conteúdo de informática básica poderiam surgir caso um ator se fizesse de fato presente: a internet de banda larga. Em uma fase de expansão da oferta de internet no Brasil – e, porque não dizê-lo, também no Alemão, como revelam os relatos das alunas do telecentro –, esta era, sem dúvida, uma ausência gritante. Segundo Daniel, “antes [da ocupação militar do Alemão] havia o 'gato net'¹⁰. Agora, há diversas provedores privados e legalizados oferecendo o serviço. A Cufa tem uma precária conexão via GESAC” [12].

O Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é um programa de inclusão digital do Governo Federal, sob coordenação do Ministério das Comunicações, que visa a universalização do acesso à Internet em todo o território nacional, com foco em localidades onde a infraestrutura dos serviços de comunicação é precária e onde há vulnerabilidade social. Para atingir seus objetivos, o programa possui uma série de iniciativas, que incluem desde a conexão de salas com computadores (denominados 'Pontos GESAC') à internet, via satélite, até um portal com diversos serviços baseados em software livre [15]. O programa contava, segundo levantamento realizado em 2011, com 11.500 pontos implantados em 4.900 municípios. Ainda segundo dados do programa, as velocidades disponibilizadas aos Pontos GESAC são de 512 kbps para download e 128 kbps para upload [15].

Em uma avaliação do serviço oferecido pelo GESAC, Daniel afirmou que o maior problema que eles enfrentavam não era a manutenção da estrutura de rede, mas a velocidade de conexão, “o sinal”:

Há um tempo, inclusive, tentei solicitar um sinal melhor e eles disseram que não tinham mais possibilidade porque não tinha mais sinal disponível. [...] Queria ter um sinal maior para poder fazer mais coisas [...]. Como, por exemplo, colocar o sinal de internet sem fio. Mas isso não é possível. Quer dizer, possível até é, mas isso vai diminuir ainda mais o sinal. De repente, através dessa internet sem fio, com o sinal bom, disponibilizar pra comunidade usar também, colocar um acesso livre... [12].

De fato, durante os dias em que lá estive, percebi que a internet não era utilizada nas oficinas de informática, servindo para uso da administração da base e para o uso esporádico da

¹⁰ Denominação popular para serviços de provedores piratas, isto é, não-regulamentados.

comunidade atendida pela ONG – por exemplo, quando duas alunas da oficina de teatro entraram na sala para fazer uma pesquisa. Perguntado sobre a possibilidade de uma parceria com provedores locais, respondeu que “não percebia interesse nesse tipo de parceria, pois sempre que tentavam uma aproximação, um 'imprevisto' acontecia”. Daniel também fez uma crítica ao projeto de conexão 'livre' anunciado pelo governo estadual, tendo em vista a necessidade de que os moradores arcassem parcialmente com custos de infraestrutura, o que poderia acabar limitando, segundo sua avaliação, o alcance desse tipo de projeto, pois muitos moradores de fato não teriam condições financeiras para fazer esse tipo de investimento.

Longe de esmiuçar os motivos que impediam o estabelecimento de uma conexão de internet mais rápida na base do Alemão, o destaque que Daniel dá a essa questão permite demonstrar o agenciamento dos artefatos na configuração daquilo que chamamos 'real'. De fato, a ausência de uma conexão mais rápida limitava as atividades do telecentro ao universo da capacitação em informática básica, *offline*, e impedia a experimentação de outros aspectos da cultura digital, com destaque àqueles relativos à comunicação *online*.

Isolada no alto do morro do Alemão, em um trecho da comunidade onde havia poucas residências, a base da Cufa, sob a luz dos objetivos alardeados pelos gestores do Casa Brasil e do GESAC, estava longe de se configurar como um espaço de inclusão digital, de exercício de uma cultura digital comunitária e autônoma pautada em ferramentas de software livre. Ainda que se possa argumentar que o contrato da Cufa com o Casa Brasil já havia se extinguido, é válido destacar o legado praticamente ausente do programa nas ações posteriores da ONG na área digital. De fato, tal como destacado por Regiane, as ações da Cufa, no âmbito do projeto RAPensando, pareciam estar mais ligadas à necessidade de se executar um orçamento do que a um compromisso real para com a inclusão digital, e, ainda assim, não nos termos originalmente defendidos pelo programa Casa Brasil.

V. BUSCANDO RESSONÂNCIAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCLUSÕES DIGITAIS A PARTIR DO PROGRAMA CASA BRASIL

Quando comecei a busca pelas unidades do Programa Casa Brasil, meu principal objetivo era conhecer a(s) realidade(s) da inclusão digital em cada uma delas, colocando-as em diálogo com as proposições defendidas pelos concebedores do Programa no governo federal. Em cada uma das unidades, como era de se esperar, encontrei realidades específicas, ligadas, entretanto, por traços de semelhança. Como traço semelhante, através dos relatos de testemunhas-chave de cada local, reconhecemos ecos de unidades em pleno funcionamento enquanto havia durado a parceria com o governo federal e, o que é mais marcante, a desconfiguração de todas as unidades enquanto integrantes do Casa Brasil após o término desta parceria. É neste rearranjo pós parceria com o governo que encontramos, através da trajetória da pesquisa de campo, algumas das especificidades de cada unidade, das quais podemos listar (a) a intermitência das atividades de inclusão digital na unidade Vigário Geral, gerada, sobretudo, pela dificuldade de apoio financeiro à ONG mantenedora do

telecentro; (b) a mudança de orientação na visão de inclusão digital da prefeitura do Rio, que inseriu a Casa Brasil do CIAD em programas de responsabilidade social de duas grandes empresas multinacionais do setor de TI e (c) a reorientação das atividades do telecentro da Cufa do Complexo do Alemão para atender a uma alegada demanda local por conhecimentos básicos de informática, no contexto de um programa de responsabilidade social de uma grande empresa brasileira (Petrobras) onde a inclusão digital não está colocada como principal bandeira.

Esta reconfiguração das unidades do Casa Brasil demonstra também a multiplicidade da natureza dos agentes/actantes que mantêm coeso o tecido social e contribuem para a obduração, ainda que temporária, do fluxo que dá forma ao que chamamos realidade. Recursos financeiros, licenças de uso e suporte de programas de computador, velocidade de conexão à rede, expectativas do público atendido e discursos sobre o que vem a ser inclusão digital contribuem para a definição dos destinos de cada unidade e, porque não dizê-lo, para a própria produção de versões específicas de inclusão digital em cada uma delas. Também contribui para essa produção, a maneira como, enquanto pesquisador, aproximei-me de cada um desses espaços carregando no bojo o termo inclusão digital, semeando-o na tentativa de colher elementos para tecer uma narrativa capaz de lidar com a complexidade do tema.

Lembro que fui atraído para cada um dos telecentros aqui descritos pelo seu passado enquanto Casa Brasil, um programa que faz o uso explícito da expressão 'inclusão digital'. Entretanto, ressalto minha surpresa ao me aproximar de cada unidade e perceber que o termo inclusão digital era colocado em cena mais intensamente por mim do que pelas pessoas que entrevistava, com exceção das pessoas que encontrei no CIAD. Esta constatação, longe de ser um problema, reforça a convicção de que o método de pesquisa não só descreve uma realidade, mas também a produz, o que demonstra a indissociabilidade entre o ato de pesquisar, o pesquisador e o próprio 'objeto' pesquisado. Como diria Law [5], "o método não trabalha simplesmente a partir da detecção, mas também a partir da amplificação de uma realidade". Em outras palavras, voltando à imagem dos ecos do Casa Brasil, o que fiz, enquanto pesquisador, ao me aproximar de cada unidade, foi reforçar tais sons, em um trabalho de ressonância de uma certa versão de realidade, adormecida, mas presente em traços materiais tais como os relatos dos entrevistados, as placas nos computadores do telecentro da Cufa com a identificação do CNPq, a identidade visual do Programa Casa Brasil quase imperceptível sob outras camadas de tinta nas paredes de alguns dos telecentros e a própria presença dos telecentros em cada local. Para dar um exemplo mais radical, gostaria de destacar os próprios monitores dos telecentros como traços do Casa Brasil, uma vez que, a partir dos relatos, percebemos uma indissociabilidade entre a trajetória deles na área de TI e o programa (caso do José, do CIAD, e de Daniel, da Cufa).

A depender do olhar lançado sobre as realidades dos telecentros do Casa Brasil presentes nesta pesquisa, podemos atribuir a elas o caráter de experiências exitosas ou de fracassos. Um primeiro olhar, de natureza míope, focado nos aspectos mais específicos de cada unidade e distante da compreensão de que as unidades faziam parte de um programa

público federal, poderia identificar diversos aspectos positivos, tais como (a) a criação de espaços de uso coletivo que mantêm, ainda que de maneira distinta da originalmente proposta, uma centralidade nas comunidades nas quais se inserem e (b) a formação, ainda que básica, de instrutores/educadores na área de TI, muitos advindos da própria comunidade onde os telecentros se inserem.

Em relação ao primeiro aspecto, destaco especialmente o adjetivo "coletivo" porque, tal como observado anteriormente, a posse de computadores e o acesso à banda larga parecem estar se tornando cada vez mais comuns nessas comunidades, o que enfraquece o discurso que coloca os projetos de inclusão digital como meios exclusivos de propiciar acesso às TICs àqueles que não o têm. A experiência na Cufa, por exemplo, mostrou que, embora seja esta a articulação realizada pelos gestores do RAPensando, o interesse das alunas do telecentro pela oficina de informática parece estar mais ligado à reafirmação de laços de amizade e parentesco do que à necessidade de usar computadores e a internet, já que praticamente todas elas relataram ter acesso doméstico a essas tecnologias. O mesmo aspecto pode ser observado no telecentro do CIAD, cujo coordenador relatou que, na fase Casa Brasil pelo menos, o espaço era frequentado por significativo número de senhoras que levavam seus filhos para se tratarem na instituição, o que refletia-se, inclusive, em sua integração ao conselho gestor da unidade. Embora particulares, esses casos demonstram um caminho interessante – certamente, não o único –, para a dinâmica de execução de projetos de inclusão digital que se propõem mais ligados às comunidades. Também no telecentro de Vigário Geral, o espaço, embora não mais centrado em torno da ideia de inclusão digital, contava com a participação da comunidade local, sobretudo senhoras, em oficinas ligadas a uma demanda local por mão de obra qualificada, com destaque para atividades de suporte ao carnaval (corte e costura e adereços) [7].

Um olhar voltado à apreciação mais geral do Programa Casa Brasil, por sua vez, poderia avaliar que as realidades experienciadas/produzidas por esta pesquisa representam um 'sinal amarelo' à pretensão inicial do projeto em tornar-se uma política pública de amplitude nacional. Diversos aspectos corroboram essa avaliação. Em primeiro lugar, poderíamos citar as dificuldades financeiras enfrentadas, sobretudo, pelo telecentro de Vigário Geral e, parcialmente, pela Cufa. Relatos de ambos os gestores colocaram em cena a dependência das ONGs de projetos específicos para se manter funcionando.

Um programa com a amplitude do Casa Brasil exige verbas para a manutenção de equipamentos, para o pagamento de bolsistas e coordenadores e para a garantia de uma articulação nacional das diversas unidades (fóruns para a troca de experiências, avaliação, formação de recursos humanos, etc.). Sem a garantia desses recursos, não há política pública que se sustente e a ideia de 'autonomia' presente na concepção do projeto transforma-se em 'isolamento'. De fato, ao fim do financiamento do governo federal, foi o que aconteceu nas unidades do programa aqui apresentadas.

Outro aspecto que problematiza o caráter do Casa Brasil enquanto política pública diz respeito às dificuldades de se

garantir uma ligação forte dos gestores locais aos preceitos fundamentais do programa defendidos por seus concebedores, a saber, o compromisso com uma inclusão digital articulada com o uso do software livre, com a gestão comunitária dos espaços e com a economia solidária. O caso do CIAD é emblemático, nesse caso, pois mostra que mesmo diante de uma unidade de fato assumida pela comunidade e com orçamento próprio para se manter, ocorreu uma mudança radical no uso do telecentro em virtude da defesa da prefeitura por uma inclusão digital mais articulada com a ideia de formação profissional para a inserção no 'mercado de trabalho'.

Alguns desses aspectos foram identificados em uma avaliação parcial do programa realizada pela coordenação nacional do Casa Brasil, em 2007. Baseada em um modelo de avaliação criado especialmente para o projeto, a partir do qual foram elencados diversos indicadores, a coordenação nacional aplicou junto aos coordenadores de 40 unidades em funcionamento até aquela data um questionário com 256 itens, respondidos em encontro presencial. Os indicadores foram distribuídos em quatro grupos, referentes a diferentes dimensões do projeto, a saber, (a) Recursos ou insumos; (b) Gestão ou processos; (c) Resultados e (d) Inclusão social, buscando-se, através de sentenças fechadas “levantar a opinião dos coordenadores sobre a adequação da infra-estrutura, dos processos de gestão e sobre a satisfação dos entrevistados quanto aos resultados parciais obtidos” [16].

Em síntese dos resultados da avaliação, os autores do relatório reconhecem que as unidades “têm sido vistas na comunidade como um equipamento público de referência para capacitação em Tecnologia da Informação” [16]. O índice de 82,5% de opiniões positivas relativas à sentença “A comunidade local é incentivada a participar e a tomar decisões” demonstra, pelo menos na opinião dos gestores locais, que havia um esforço para articular a gestão das unidades à comunidade local, o que podemos interpretar como uma aproximação com a comunidade.

Além disso, também são identificados diversos outros resultados tidos como positivos, segundo a metodologia utilizada, como, por exemplo, a “instalação progressiva das Unidades”, a implementação de uma gestão administrativa e de financiamento e “a efetivação de cursos de capacitação dos usuários das Unidades que têm se caracterizado por serem ações orientadas ao uso autônomo das Tecnologias da Informação e Comunicação e aos serviços de governo eletrônico (e-gov)” [16].

De uma maneira geral, os pontos elencados como positivos apontam para a implementação de fato das unidades em cada local, com a disponibilização de infraestrutura e de cursos para a comunidade. Apesar disso, outros resultados, apresentados no relatório como “pontos críticos”, colocam em cena algumas barreiras para a manutenção das unidades segundo as diretrizes estabelecidas pelo edital do Casa Brasil. Vale citar, por exemplo, o resultado referente ao indicador “gestão financeira e de sustentabilidade”, relativo à “gestão contábil e de prestação de contas; articulação de parceiros para fomento e sustentabilidade dos projetos” [16], que mostrou que nenhuma unidade busca a sustentabilidade através do cooperativismo/economia solidária. Outro ponto crítico

destacado no relatório é o que aponta dificuldades enfrentadas pelas unidades para a implementação de uma gestão comunitária, o que, segundo as diretrizes do Casa Brasil, deveria ser realizado através da criação de um conselho gestor. Segundo o relatório, “apenas em 11 (27,5%) e em 9 (22%) [unidades] os Conselhos Gestores se encontram com estatuto de funcionamento elaborado e publicado” [16] e, de forma semelhante, apenas duas unidades do universo de pesquisa haviam aprovado o Regimento Interno.

Devo destacar que, das unidades apresentadas nessa pesquisa, em somente uma delas foi feita menção ao estabelecimento de um conselho gestor, o que, de alguma maneira, corrobora a pesquisa de opinião. Outro aspecto que a corrobora é o 'desvio' de todas as unidades do caminho proposto pelo Programa Casa Brasil. Como os próprios gestores afirmaram, as dificuldades para a obtenção de recursos financeiros fizeram com que a necessidade de financiamento falasse mais alto do que a observação de diretrizes (uso do software livre, gestão colaborativa e fortalecimento do cooperativismo). Nesse sentido, as forças que mantinham as unidades atadas às diretrizes do programa eram demasiado fracas para que se pudesse manter sua existência após o término da parceria com o governo federal.

Corrêa [17], em trabalho sobre a construção social das políticas públicas de inclusão digital, destaca que o Casa Brasil carregava, em sua concepção, a intenção de ser um projeto integrador de todas as ações de inclusão digital do governo federal, constituindo-se como a política pública oficial brasileira sobre o tema, como uma tentativa de ampliar a experiência prévia que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) havia tido com os telecentros na prefeitura de São Paulo. Apesar dessa intenção, o autor coloca em cena alguns acontecimentos que teriam enfraquecido essa pretensão inicial. O principal deles teria sido a “crise do mensalão”, entre 2004 e 2005, que derrubou vários dos defensores do Casa Brasil no governo e remodelou a composição de vários órgãos, como revela a saída de Sergio Amadeu da direção do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), centro articulador do Casa Brasil na Presidência da República. Assim, Segundo Corrêa [17], antes mesmo da publicação do edital do projeto, os atores que o defendiam dentro do governo encontravam-se afastados ou exonerados de seus respectivos cargos, enfraquecendo “politicamente, não somente o projeto dentro do Governo, mas também a sustentação necessária para que o projeto continuasse sendo visto como a gênese de uma política pública de inclusão digital” [17].

Adicionalmente, o programa foi vítima de um verdadeiro baque orçamentário, que acabou levando a uma diminuição de sua amplitude na ordem de 1/10 (de cerca de 1000 para quase 100 unidades). Assim, o Casa Brasil, que fora concebido como uma política pública de inclusão digital sólida, já nascia distante de seus objetivos, reduzido a um mero projeto piloto. Além da diminuição do orçamento previsto para a implementação do programa, os recursos, que deveriam ter sido liberados para execução no início de 2005, foram liberados somente em outubro daquele ano, e, para completar o quadro kafkiano da história, quando a licitação do projeto foi finalizada, os recursos não estavam mais disponíveis, pois

tenham sido utilizados em outras ações do Ministério da Ciência e Tecnologia [17].

Como o trabalho de Corrêa é de 2007, os resultados da avaliação do projeto Casa Brasil ainda não estavam disponíveis. Entretanto, alguns dos pontos críticos do projeto (destacados na avaliação realizada posteriormente pela coordenação nacional e vislumbrados no trabalho de campo da presente pesquisa) são antecipados nos relatos de algumas pessoas entrevistadas para a sua pesquisa, com destaque para os problemas de integração entre o governo federal e as instituições mantenedoras das unidades e à menção de possível dificuldade de manutenção da estrutura uma vez terminado o aporte de recursos do governo federal.

Os problemas de integração relatados nas entrevistas realizadas por Corrêa [17] são muito semelhantes aos mapeados pela presente pesquisa, referentes tanto a uma baixa articulação local dos objetivos políticos do projeto (trabalho com software livre, instituição de uma cultura gerencial de base comunitária, fortalecimento de iniciativas de economia solidária) quanto a diferenças de concepção sobre o que vem a ser inclusão digital (caso de prefeituras que podem mudar a orientação política do projeto, tirando o enfoque comunitário, por exemplo, ou trabalhando com software proprietário).

Sem querer estabelecer uma determinação entre os problemas antecipados por Corrêa [17] desde o início do programa e as realidades colocadas em cena por este artigo, é impossível não identificar uma ligação entre eles, o que confere ao Programa Casa Brasil o status de uma política pública natimorta.

Dizê-lo, entretanto, não constitui uma defesa de um certo determinismo, desta vez social (crise política, falta de previsão orçamentária, etc.), que explicaria os motivos pelos quais o projeto teria fugido de uma certa concepção de inclusão digital inscrita em edital. As narrativas, assim espero, a partir de uma aproximação praxiológica ao programa, demonstram que determinismo nenhum é capaz de explicar o fracasso ou sucesso do projeto, que só pode ser tomado segundo esses termos ao se considerar toda a rede heterogênea formada em cada uma de suas versões, articulando elementos que unem máquinas, protocolos, pessoas, leis, trajetórias de vida, relações familiares, dinheiro e projetos societários diversos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, aos(às) gestores(as), alunos(as) e outros(as) usuários(as) de telecentros que abriram suas portas, as físicas e as da memória, para que esta pesquisa se tornasse real. Também foram essenciais os debates e leituras realizadas durante o mestrado na COPPE/UFRJ, com destaque para o diálogo com o orientador deste trabalho e, sem dúvida, um dos maiores responsáveis por sua conclusão, o professor Henrique Luiz Cukierman.

REFERÊNCIAS

- [1] A. J. S. de Lima, "No rastro da inclusão digital: uma jornada por metáforas e alegorias," in: Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, São Paulo, SP, 2012, pp. 73-89.
- [2] B. Latour, *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 1995.
- [3] B. Latour, *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- [4] J. Law, "Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity," *Systemic Practice and Action Research*, v. 5, n. 4, pp. 379-393, August 1992.
- [5] J. Law, *After method: mess in social science research*. London; New York: Routledge, 2004.
- [6] M. Callon, "Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay," in *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?*, J. Law, Ed. London: Routledge, 1986, pp.196-223.
- [7] A. J. S. De Lima e H. L. Cukierman, "Entre a inclusão digital e o desenvolvimento social: uma visita à Casa Brasil de Vigário Geral," in: Anais do IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, Curitiba, PR, 2011.
- [8] José (pseudônimo). [Sobre a Casa Brasil do CIAD Mestre Candeia]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima, via skype, em 13 fev. 2012.
- [9] Prefeitura do Rio de Janeiro. 2011. "SECT – Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia – Inscrições abertas para cursos de informática nas Casas Rio Digital." [Online]. Disponível: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?id=2122275>. [Acesso: 12 dez. 2012].
- [10] A. C. Costa; D. Brunet; L. E. Magalhães e T. Mendes, "Polícia invade Complexo do Alemão," *O Globo*, 28 nov. 2010. [Online]. Disponível: <http://oglobo.globo.com/rio/policia-invade-complexo-do-alemao-2919504>. [Acesso: 17 dez. 2012].
- [11] Regiane (pseudônimo). [Sobre a Casa Brasil da Cufa]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 18 jun. 2012.
- [12] Daniel (pseudônimo). [Sobre participação na Casa Brasil da Cufa]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 12 mai. 2012.
- [13] M. A. Moser, "Text "Superpowers": A Study of Computers in Homeless Shelters," *Science, Technology, & Human Values*, v. 34, n. 6, 2009, pp. 705–740.
- [14] V. A. Pereira, "Entre games e folgações: apontamentos de uma antropóloga na lan house," *Etnográfica*, v. 11, n. 2, pp. 327-352, Novembro 2007.
- [15] Programa GESAC. Manual do Ponto GESAC. Brasília: Ministério das Comunicações, 2011. [Online]. Disponível http://www.gesac.gov.br/images/publicacoes/Manual_do_Gesac_2011_-_versao_Web.pdf. [Acesso: 22 fev. 2013].
- [16] Projeto Casa Brasil. Relatório Parcial de Avaliação: Opinião dos Coordenadores das Unidades Casa Brasil em junho de 2007. Brasília, MCT/CNPq/ITI, 2008.
- [17] R. de A. Corrêa, "A construção social dos programas públicos de inclusão digital," Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.
- [18] I. de S. Rocha, "Unidades de polícia pacificadora: controvérsias que tecem a vida urbana". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.